

Pela editoria do site: www.averdadesufocada.com

O fim do regime militar e a Lei da Anistia não trouxeram a pacificação desejada. Crédulos, os militares voltaram às suas atribuições, confiantes na reconciliação de todos os brasileiros. As mãos foram estendidas em sinal de paz, por um dos lados - as mãos dos vencedores da luta armada -, porém, para os vencidos, o combate continuou. Os derrotados trocaram as armas pelas palavras, fazendo questão de não deixar cicatrizar as feridas que procuram manter abertas até os dias de hoje.

Com a chegada ao Brasil dos primeiros banidos e auto-exilados a História começou a ser reescrita. Com os direitos políticos readquiridos, muitos voltaram a seus cargos, outros foram acolhidos por governos simpatizantes e outros ingressaram em partidos políticos recém fundados.

Aos poucos, a maioria dos “perseguidos políticos” ocupava cargos públicos, setores da mídia e universidades. Bons formadores de opinião, passaram a usar novas técnicas na batalha pela tomada do poder e pela tentativa de desmoralização das Forças Armadas.

A esquerda revanchista passou a descrever e a mostrar, da forma que lhe convinha, a luta armada no Brasil.



E o fez de maneira capciosa, invertendo, criando e deturpando fatos, enaltecendo terroristas, falseando a história, achincalhando as Forças Armadas e expondo à execração pública aqueles que, cumprindo com o dever, lutaram contra a subversão e o terrorismo em defesa da Nação e do Estado.

Passou a predominar no País a versão dos derrotados, que agiam livremente, sem qualquer contestação. As Forças Armadas, disciplinadas, se mantiveram mudas.

Aos poucos, a farsa dos revanchistas começou a ser aceita como “verdade” pelos que não viveram a época da luta armada e do terrorismo e que passaram a acreditar na versão que lhes era imposta pelos meios de comunicação social.

No segundo semestre de 1985, em razão das acusações formuladas no livro Brasil: Nunca Mais e pelas suas repercussões na mídia, a Seção de Informações do Centro de Informações

do Exército (CIE)

- atual Divisão de Inteligência do Centro de Inteligência do Exército - recebeu a missão de empregar os seus analistas

- além de suas funções e encargos normais -, na realização de uma pesquisa histórica, considerando o período que abarcasse os antecedentes imediatos da Contra-Revolução de 31 de março de 1964, até a derrota e o desmantelamento das organizações e partidos que utilizaram a luta armada como instrumento de tomada do poder.

As pesquisas iniciais, realizadas ainda em 1985, mostraram, com clareza, que o trabalho ficaria incompleto e, até mesmo, impreciso historicamente, se fosse cumprido o planejamento inicialmente estabelecido. Assim, ampliou-se, no tempo e no espaço os limites físicos e cronológicos da pesquisa, retroagindo-se a Marx e Engels, passando pelos pólos irradiadores do Movimento Comunista Internacional e pela história do PCdoB – desde a sua criação em 1922 com a denominação de Partido Comunista do Brasil/Seção Brasileira da Internacional Comunista -, prolongando-se até a primeira metade da década de 1980.

Foi um trabalho minucioso, realizado em equipe, em que, inicialmente, os documentos existentes àquela época no CIE foram estudados, analisados e debatidos, conduzindo a novas indagações e a novos interesses. Com isso, as pesquisas foram ampliadas significativamente, incluindo processos, inquéritos, depoimentos de próprio punho de presos, jornais, revistas, gravações de programas de televisão, entrevistas, uma extensa bibliografia nacional e estrangeira e alguns livros de ex-militantes da luta armada.

Todas as pesquisas contribuíram para a elaboração desse livro, diferentemente do trabalho da equipe de D. Paulo Evaristo Arns que, para o livro “Brasil Nunca Mais”, pesquisou os processos e os inquéritos disponíveis na Justiça Militar, de onde extraiu, apenas, o que interessava, desde que fossem acusações e críticas aos militares e civis que os combateram e os derrotaram.

Visando a resguardar o caráter confidencial da pesquisa e a elaboração da obra, foi designada uma palavra-código para se referir ao projeto - Orvil -, livro escrito de forma invertida.

Em fins de 1987, o texto, de aproximadamente mil páginas, estava pronto.

A obra recebeu a denominação de “Tentativas de Tomada do Poder” e foi classificada como “Reservado”, grau de sigilo válido até que o livro fosse publicado oficialmente ou que ultrapassasse o período previsto na lei para torná-lo ostensivo.

Concluída e apresentada ao ministro do Exército, General Ex Leônidas Pires Gonçalves, este não autorizou a sua publicação - que seria a palavra oficial do Exército -, sob a alegação de que a conjuntura política não era oportuna, que o momento era de concórdia, conciliação, harmonia e desarmamento de espíritos e não de confronto, de acusações e de desunião.

Assim, a instituição permaneceu muda e a farsa dos revanchistas continuou, livre e solta, a inundar o País.

Muitos militares, considerando que a classificação sigilosa “Reservado” já ultrapassara o sigilo imposto pela lei e dispostos a divulgar o livro, resolveram copiá-lo e difundi-lo nos últimos 12 anos, na expectativa de que um número cada vez maior de leitores tomasse conhecimento de seu conteúdo.

Milhares de exemplares foram distribuídos a amigos, em corrente, e alguns exemplares foram entregues a jornalistas. Nós também recebemos um e nossos visitantes têm nos cobrado, permanentemente, a difusão do mesmo. Hoje, até órgãos do governo o possuem. Não o difundem porque a eles não interessa a divulgação do que ele contém.

Em abril de 2007, o Diário de Minas e o Correio Braziliense publicaram, por vários dias, extensa matéria sob o título “Livro Secreto do Exército é revelado”, em que abordaram, de forma irresponsável e panfletária, alguns aspectos que mais lhes interessavam sobre o livro. Logo em seguida, os telejornais fizeram coro à campanha.

Um procurador, mais afoito e atirado, afirmou que os militares sonegam dados sobre os desaparecidos. E de repente, não mais que de repente, o assunto bombástico desapareceu da mídia, como sempre. Os críticos do livro se recolheram, deixando no ar algumas meias verdades e muitas mentiras.

O silêncio prolongado, embora excepcionalmente revelador, sugere algumas indagações, dentre outras:

a. Por que os jornais não difundem o livro sequencialmente em capítulos?

- Teriam matéria gratuita por um longo período e, por certo, bateriam recordes de venda;
- Mostrariam à Nação um pouco das “ações heróicas” dos angelicais ex-terroristas, que receberam treinamento de guerrilha em Cuba, União Soviética e na China. Terroristas, que mataram, “justiçaram”, seqüestraram e assaltaram.
- Alertariam a população para as verdadeiras intenções da luta armada - implantar no Brasil o comunismo - seguindo as idéias de Fidel Castro e Che Guevara. As mesmas intenções do atual bolivarismo.

b. Se o livro teve a mais baixa classificação sigilosa – “Reservado” -, porque denominá-lo de Livro Secreto?

- Para criar impacto e vender mais?
- Para criar falsas expectativas no leitor?
- Por que não permitir ao leitor conhecer toda essa História?
- Por que não publicá-lo ostensivamente, se a classificação “Reservado” já está caduca?

Assediado pela imprensa, o General Leônidas confirmou a missão atribuída ao CIE de elaborar o livro em 1985 e a decisão de não publicá-lo em 1988, em nome da concórdia, do desarmamento de espírito e da pacificação nacional, como o fora em 1979 a “Lei da Anistia”.

Em 29 de agosto último, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da

República lançou, no Palácio do Planalto, em badalada cerimônia, que contou com a presença do presidente Lula, o livro “Direito à Memória e à Verdade”, praticamente uma cópia do livro “os filhos deste solo” de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. Para os autores desses dois livros, os crimes praticados pelos militantes da luta armada, simplesmente, não existiram. São “heróis” que precisam ser permanentemente homenageados.

No texto de uma matéria publicada no Correio Braziliense de 31/08/07, o articulista Lucas Figueiredo estabeleceu um ponto de contato, um elo de integração entre o livro “Direito à Memória e a Verdade” e o livro do CIE “As Tentativas de Tomada do Poder”, quando afirmou: “a versão oficial do Exército sobre a morte de desaparecidos políticos é incorporada à história formal do período militar – Livro secreto agora é oficial”, como se o Orvil desse credibilidade às versões publicadas no livro “Direito à Memória e a Verdade”.

Em razão de uma afirmação descabida, desonesta e mal intencionada e para que os leitores possam comparar, avaliar e concluir, resolvemos divulgar o “Projeto Orvil” no site - www.averdadesufocada.com , para consulta livre e gratuita.

Ao mesmo tempo, o divulgaremos para todos os endereços eletrônicos disponíveis – particularmente os de jornais, revistas, escolas, universidades, associações de classe, etc - e o colocamos à disposição de outros sites que, como o nosso, estejam interessados em mostrar aos leitores que o livro não é secreto e nada tem a esconder, pelo contrário, ele mostra tudo aquilo que a esquerda não quer que o Brasil conheça.

**LINK PARA DOWNLOAD DO LIVRO - TIPO: PDF - TAMANHO: 36,8MB - RECURSOS: □
DIGITALIZAÇÃO COM RECURSO DE BUSCA EMBUTIDO - PÁGINAS: 953**